



Frente Cívica

**Plano de Atividades e Orçamento
2022**



A associação

A Frente Cívica tem por fim identificar os problemas crónicos da sociedade portuguesa, denunciar os seus responsáveis, construir soluções e lutar pela sua implementação.

Atividades para 2022

I- INICIATIVAS

Fiel ao seu objetivo estatutário, a Frente Cívica tomará posição sobre todas as questões de interesse público que surjam na sociedade portuguesa e em relação às quais entenda poder dar um contributo útil. Sem prejuízo de preservar esta liberdade de acção para questões emergentes, a associação focar-se-á em particular nas seguintes áreas:

Liberdade de expressão

Apesar de garantida na lei e na Constituição, a liberdade de expressão em Portugal continua a ser condicionada, sobretudo por via de acções de litigância de má-fé (quase invariavelmente promovidas pelos poderosos contra activistas, jornalistas ou cidadãos comuns), que visa exercer represálias sobre vozes críticas ou sobre denunciantes de irregularidades, através de queixas-crime e acusações por crimes de difamação, denúncia caluniosa ou de ofensa a pessoa coletiva.

A Frente Cívica estará atuante na denúncia destes mecanismos de condicionamento da crítica e da livre expressão de ideias, pugnando por soluções políticas e legislativas – a nível nacional e na União Europeia – que impeçam o abuso de litigância estratégica contra a livre opinião e o direito à crítica.

Nacionalidade

As políticas de concessão de direitos de residência através de mecanismos como os Vistos Gold, ou mesmo de nacionalidade, por via da naturalização de descendentes de judeus sefarditas, colocam



enormes riscos de corrupção e de infiltração por pessoas ou redes criminosas e de lavagem de dinheiro. Trata-se de autênticos esquemas de venda de soberania que, além dos riscos de abuso por criminosos internacionais, degradam a reputação de Portugal no mundo. A União Europeia tem dado cada vez mais atenção a estes esquemas em vários Estados-Membros, incluindo Portugal.

A Frente Cívica, que tem estado na linha da frente das denúncias sobre o abuso da chamada Lei dos Sefarditas, continuará atenta a esta questão, defendendo o fim de mecanismos que colocam à venda direitos de cidadania e transformam a soberania nacional num negócio vendido no mercado global.

Seguros automóvel

Os períodos de confinamento obrigatório ditados pela pandemia em 2020 e 2021 impuseram uma redução muito significativa da sinistralidade rodoviária, com impacto directo nos níveis de risco associados aos contratos de seguro automóvel. A lei dita que essa diminuição do risco devia ter sido partilhada com os consumidores, através de uma redução do prémio do seguro. Em devido tempo, a Frente Cívica alertou o Governo e o regulador – a Autoridade Supervisora de Seguros e Fundos de Pensões – para a necessidade de fazer cumprir esta obrigação legal junto das seguradoras.

No entanto, a generalidade das seguradoras não reflectiram a diminuição do risco nos preços praticados junto dos consumidores; ou fê-lo com reduções pouco mais do que simbólicas, garantido desta forma para si próprias lucros milionários, ao arrepio da lei e contra os interesses dos consumidores. Inconformada, a Frente Cívica continuará a denunciar esta situação e procurará meios de responsabilização das seguradoras, do regulador e do Governo pela sua inacção nesta matéria.

Parcerias Público-Privadas rodoviárias

As PPP rodoviárias são um verdadeiro cancro sobre as finanças públicas, com contratos que garantem aos concessionários rendas milionárias sem qualquer risco. Até ao fim dos contratos, em meados da próxima década, o Estado terá pago aos privados gestores das PPP várias vezes o valor das infra-estruturas construídas. Este verdadeiro escândalo nacional foi uma das principais causas da Frente Cívica desde a sua fundação e continua por resolver, por flagrante falta de vontade dos poderes públicos.

A Frente Cívica continuará activamente a denunciar esta situação e a exigir a extinção das PPP rodoviárias, fazendo reverter para os contribuintes recursos públicos preciosos para o desenvolvimento do país. Procuraremos actuar junto do novo Governo e do novo Parlamento, fornecendo estudos e dados actualizados, para que se rompa o consenso de cumplicidade com este negócio e, finalmente, se actue na defesa do interesse público.



Sistema eleitoral

O sistema eleitoral para a Assembleia da República continua a sofrer de sérias distorções em Portugal. O reduzido tamanho da maior parte dos círculos eleitorais, associado à aplicação do método de Hondt na conversão de votos em mandatos, beneficia sistematicamente os maiores partidos, prejudicando a representação dos partidos mais pequenos. Isto significa que várias dezenas de milhar de votos são simplesmente desperdiçados em cada eleição, porque os eleitores dos pequenos partidos nos círculos de menor dimensão nunca se vêem representados.

A Frente Cívica já alertou para esta gritante desigualdade em 2019, aquando da última eleição para a Assembleia da República, sem que nada fosse feito. As dificuldades registadas em 2022 com a votação nos círculos da emigração revelou a necessidade de se rever a lei eleitoral. A Frente Cívica procurará aproveitar essa oportunidade para defender a correcção das desigualdades que persistem no sistema eleitoral, nomeadamente através da criação de um círculo nacional de compensação, à semelhança do existente nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que garanta a valorização do voto de todos os portugueses.

Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção – 9 de Dezembro

À semelhança do que foi feito em 2021 – em que, mesmo ainda sem corpos sociais eleitos, associámos a marca Frente Cívica à Comemoração do Dia Internacional Contra a Corrupção, celebrado a 9 de Dezembro com uma grande conferência nas Caldas da Rainha – procuraremos congregar várias organizações da sociedade civil para marcar esta data com activistas de vários quadrantes e elevar a voz da cidadania na exigência de políticas eficazes de combate a um dos maiores flagelos da sociedade portuguesa.

II- ORGANIZAÇÃO INTERNA

A Frente Cívica retoma a sua actividade depois de um ano e meio de suspensão dos seus trabalhos. Esta circunstância obriga-nos a um trabalho de reorganização da associação e da sua estrutura de gestão interna. Durante este ano, o Conselho de Direção dará os passos necessários nesse sentido, com a abertura da conta bancária da associação, a contratação de um contabilista certificado para acompanhar as contas da Frente Cívica e o redesenho e actualização do nosso website institucional.

As principais tarefas de reorganização interna serão a execução de um processo de refiliação e actualização de dados dos associados, que proporemos à Assembleia Geral; e a instalação de um sistema informático de gestão que permita manter actualizada e segura a base de dados dos associados e seus



contactos, bem como receber e gerir pagamentos dos associados e apoiantes, nomeadamente donativos à actividade da Frente Cívica.

Custos estimados:

Despesa	Valor/Ano
Contabilidade	€1800,00
Conta bancária	€200,00
Plataforma para reuniões online (Zoom)	€140,00
Sistema de gestão interna (QuotaGest Flex)	€250,00
Despesas administrativas (Correios, economato, etc.)	€600,00

III- COMUNICAÇÃO

A partilha de informação com os nossos associados e apoiantes e com a opinião pública nacional, através da imprensa, são preocupações centrais da actividade da Frente Cívica. Para tal propomos desenvolver os seguintes canais de comunicação:

- Website institucional: mantendo a memória do trabalho já desenvolvido pela Frente Cívica (e hoje publicado no site atual), iremos redesenhar o site da Frente Cívica, organizando-o em torno das iniciativas em curso e com uma área de notícias actualizada sobre actividades e tomadas de posição da Frente Cívica. Será o principal canal de informação sobre a associação e as suas actividades;
- Redes sociais: além da presença, já visível, no Facebook e You Tube, iremos marcar presença nas redes Instagram e Twitter, com conteúdos atualizados sobre as nossas actividades e as causas que nos animam;
- Sessões de debates: iremos promover sessões de debate online e, onde possível, presenciais, dedicadas aos temas que mobilizam a atenção e os esforços da Frente Cívica. Estes debates, virtuais ou presenciais – através das redes sociais da Frente Cívica – serão também um ponto de encontro dos associados e apoiantes da associação e um canal de informação sobre os temas de interesse público a que nos dedicamos;
- Alertas Frente Cívica: pretendemos criar um serviço de notificações instantâneas, por email e via SMS ou aplicação de mensagens instantâneas (como WhatsApp) capaz de, sempre que se justificar (mas com a devida parcimónia), alertar os associados e apoiantes da Frente Cívica de eventos, tomadas de posição ou informações relevantes relativas às nossas causas.

Custos estimados:



Despesa	Valor/Ano
Website institucional (servidor e domínio)	€50,00
Plataforma para debates e eventos online (StreamYard)	€450,00
Assessoria de imprensa	€1.800,00
Publicações e eventos	€1.500,00

Orçamento para 2022

O trabalho da Frente Cívica far-se-á fundamentalmente com o voluntarismo dos seus dirigentes e apoiantes. O orçamento proposto é o mais espartano possível, contemplando apenas os custos inevitáveis de funcionamento da associação, com o propósito de assegurar a auto-suficiência da Frente Cívica baseada nos donativos individuais dos seus membros e apoiantes.

No que toca à gestão orçamental, o Conselho de Direcção não contrairá dívida, fazendo depender a realização das actividades previstas da existência de receitas capazes de suprir os custos incorridos.

Despesa		Receita	
Atividade	Custo	Origem	Valor
Contabilidade	€1800,00	Donativos	€6.790,00
Conta bancária	€200,00		
Plataforma para reuniões online (Zoom)	€140,00		
Sistema de gestão interna (QuotaGest Flex)	€250,00		
Despesas administrativas (Correios, economato, etc.)	€600,00		
Website institucional (servidor e domínio)	€50,00		
Plataforma para debates e eventos online (StreamYard)	€450,00		
Assessoria de imprensa	€1.800,00		
Publicações e eventos	€1.500,00		
TOTAL	€6.790,00		€6.790,00